

TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE VIDA DE COMUNIDADES RURAIS DA REGIÃO DO BARRA SECA , MUNICÍPIO DE COLATINA, ESPÍRITO SANTO

Tiago Dalapícola – Universidade Federal do Espírito Santo
tiagodallapiccola@click21.com.br

Introdução

Essa pesquisa tem por objetivo elencar algumas das transformações no "modo de vida" que ocorreram no pós - 2ª guerra mundial, principalmente nos últimos 40 anos na região do Barra Seca. É inspirado na obra de Pasquale Petrone, intitulada "Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga do Estado do Espírito Santo".

A adoção de tal obra como principal referência teórica se deve ao fato o Barra Seca, que abrange as comunidades de São João da Barra Seca, Queira-Deus e Tancredinho, situadas respectivamente nos municípios de Colatina, Itaguaçu e São Roque do Canaã está inserido na denominada área de colonização antiga do Espírito Santo, nos dizeres de Petrone.

Para todos os efeitos "modo de vida" aqui é conceituado como "a coexistência entre a prática vivida, as experiências cotidianas, que se revestem de uma concretude, são palpáveis, e a tradição, algo abstrato, imaterial, que se dá ao longo dos tempos em uma determinada região, sendo condicionado por formas pretéritas de saber e de fazer, que no entanto são passíveis de transformação, com a entrada de novos sujeitos culturais, sociais, econômicos, entre outros em cena".

Tais comunidades, até a segunda metade do século XX apresentavam-se bastante isoladas, seja pela dificuldade de romper as matas ou pelo relevo acidentado, o que ocasionava comunicação e circulação deficientes, e contribuiu para que se criasse na região um modo de vida particular, diferente de outros lugares que já estavam integrados à sociedade da época.

Entretanto nas últimas quatro décadas esse panorama tem sido alterado, por razões que veremos adiante, o que justifica a pesquisa.

Essa, em parte, foi realizada com base em entrevistas no local abordado. Os dados das respostas mais frequentes quanto às mudanças mais relevantes no "jeito de viver" dos entrevistados foram investigados por meio de consultas bibliográficas.

Em parte também, a pesquisa se valeu de nossa vivência no Barra Seca, visto que lá estivemos por 18 anos.

Breve Histórico do uso da terra no Espírito Santo

A delimitação do território do Estado do Espírito Santo se prende ainda à Carta Régia de 1º de junho de 1534, de Dom João III, com o qual o soberano doava a Vasco Fernandes Coutinho uma Capitania na Terra do Brasil. A Carta Régia de 1534 determina que o limite à oeste seria "pelo sertão a dentro, tanto quanto puderem entrar", desde que não ultrapassasse o Meridiano do Tratado de Tordesilhas, de 1494. A escassez de recursos dos donatários não permitiu que entrassem "pelo sertão adentro". Com grandes dificuldades se mantiveram no litoral.

Após a descoberta das primeiras jazidas de ouro no território do atual estado de Minas Gerais, o território da Capitania do Espírito Santo foi reduzido à esse litoral; em 1720 Minas Gerais é elevado à categoria de Capitania.

A fim de impedir o contrabando do ouro e também possíveis invasões às regiões auríferas, a Capitania do Espírito Santo foi relegada ao ostracismo (vista sob a ótica da exploração européia), ou seja, durante mais de um século foi proibido explorar as terras e desmatar florestas que estivessem além de quatro léguas a partir da costa. Então, a proteção às Minas Gerais se traduziu na densidade concentrada da Mata Atlântica capixaba, impedida formalmente de ir ao chão.

Em meio à esse contexto, várias culturas agrícolas foram sendo organizadas no território à beira-mar: a cana-de-açúcar, o algodão, a mandioca. Entretanto, nenhuma delas foi páreo para o café, introduzido em nosso estado, e que já no início do século XIX era exportado. Este alcançou a maior projeção do cenário econômico local e até os tempos hodiernos ainda mantém uma magnitude enorme no que tange à participação na pauta de exportações e no PIB do estado (isso após o apogeu do negócio do ouro, pois com o declínio da exploração do mesmo, não se fazia mais restrição à penetração para o interior do estado(Almada, 1993)).

Até o início do século XX, o norte do ES (na época era considerado norte do estado apenas as regiões acima do rio Doce) eram áreas com grande concentração de comunidades indígenas (que dificultavam a ocupação dos colonizadores), e tomadas pela Mata Atlântica.

Então, poucas áreas eram habitadas pelo colonizador - estavam no litoral ou ao longo dos rios São Mateus e Cricaré.

As terras ao sul do rio Doce , principalmente na região serrana, eram , nessa mesma época, áreas ocupadas por imigrantes - a maioria italianos e germânicos e seus descendentes - trazidos após a crise do trabalho compulsório (Campos Jr., 2004), que produziam enquanto inseridos num sistema agroprodutor em pequenas propriedades. Aí, a cultura do café já brotava com êxito. Entretanto essas mesmas terras já estavam desgastadas, devido às técnicas rudimentares que foram aplicadas em muitos anos de cultivo. Outra adversidade para a continuação da reprodução desse sistema era o tamanho cada vez menor dos lotes dos colonos, visto que eles já estavam pequenos devido às divisões entre herdeiros ao longo das gerações familiares (isso foi agravado por que na época as famílias eram grandes, devido sobretudo à necessidade de mão-de-obra (Petrone, 1957)). Foi aí que o norte do estado se tornou uma região "promissora" , no sentido de que apresentava terras virgens (logo férteis, na concepção da época), pois ainda não havia sido ocupada pelo colonizador, com exceção de poucas áreas no litoral, e ao longo dos vales do rios São Mateus e Cricaré, como já dito. Entretanto, deveria ser "conquistada".

A ocupação dos territórios ao norte do rio Doce só pode ser implementada efetivamente após a construção da primeira ponte sobre o rio no Espírito Santo, em Colatina. Sua inauguração se deu em 1928, e foi o principal marco dessa nova fase que se iniciava no processo de posse pelas terras referidas, visto que estava superado o limite físico imposto pela presença do rio.

A interseção entre a ponte e os trilhos da EFVM, que chegaram à Colatina em 1906, dotou a cidade

de grande expressão econômica, sua centralidade acentuou-se perante o centro-norte do estado. Tornou-se o centro comercial mais próspero e ponto de passagem de levadas de migrantes que se lançaram na abertura de novas terras. E foram essas terras agora aptas a serem apropriadas, de acordo com a lógica de exploração vigente na época (havia comunicação com a margem sul do rio e transporte rápido para o Porto de Vitória) que primeiro viram a paulatina devastação da Mata Atlântica em nome da exploração de madeiras nobres, e a posteriori, em face da reprodução da expansão da cultura cafeeira.

O Barra Seca nesse contexto

Muitas famílias que já estavam estabelecidas ao sul do Rio Doce, principalmente na região montanhosa se dirigiram para o norte. Uns venderam suas terras, outros não. Dois fatores contribuíram para isso: a possibilidade de aquisição de terras à preços módicos ou nulos, e maior disponibilidade das mesmas, o que resultava em lotes com uma área maior (Petroni, 1957). Algumas dessas famílias, após um certo tempo, vendiam essas novas terras e retornavam ao local de origem. Esse é o caso de algumas famílias da região do Barra Seca. Sidmar Possmoser e Gerda Felberg, por exemplo casaram-se em Santa Teresa, e trabalhavam como meeiros. Então juntaram as poucas economias que tinham e compraram terras em Pancas, em 1930. Depois, em meados da década de 40, após uma certa valorização dessas terras, venderam e “voltaram para o sul”, mais precisamente para Tandredinho.

No que tange às diretrizes de povoamento principais da região, estas estão ligadas às correntes populacionais que vararam o Vale do Canaã (Rio Santa Maria do Rio Doce) para chegar à Colatina, na travessia para o norte.

Tandredinho foi povoado por descendentes de alemães que vieram de Santa Leopoldina. Lá encontram-se estabelecidas famílias como Wiedenheft, Klabunde, Krüger, Felberg, Brünner, Richtniffer, Siegfried, Kest, Siefriebach, Radinz, Schnneider, Zilberstein, Küster, entre outras. Essas famílias são de religião luterana (Biassutti, 1999).

São João da Barra Seca foi povoado por descendentes de italianos, que do mesmo modo que os habitantes de Tandredinho vieram da região de colonização antiga do Espírito Santo, através do Vale do Canaã. Entre as famílias da comunidade podemos citar os Zanetti, Stocco, Dallapiccola, Gon, Zanotelli, Zene, Rovetta, Silvestre, Pinotti, Ferarri, Bosi, Broseghini, Schescchini, Armani, Burgaleri, de religião católica.

Já Queira-Deus se constitui em parte numa exceção aos locais anteriores. Seu povoamento está ligado do mesmo modo, às correntes migratórias provenientes da região central-serrana do estado, entretanto que fizeram caminho diferente: desceram o vale do rio Santa Joana, que também se dirige para o norte, ao encontro do rio Doce, e não o vale do Canaã.

Queira-Deus também apresenta uma segunda particularidade em relação às outras duas comunidades: lá encontramos famílias descendentes de itálicos e germânicos, que vivem entremeadas. Entre as famílias do local estão os Frecchianne, Scalzer, Finck, Buss, Gasperazzo, Strelow, Angeli, Rossmann, Cocco, Zimmermann, Bilk, Schumacher, Schultz, Sperandio, Rigamonte, Mönthey., Montbeller, e os Cecco.

Barra Seca, 1960 – 2005: a ação do poder público

O final dos anos 60 e a década de 70 marcaram profundamente e de uma forma sem precedentes a região do Barra Seca. O Estado se fez mais presente através de investimentos em infra-estrutura, que muito contribuíram para romper com a situação de isolamento da região.

Primeiramente houve a abertura de novas estradas, novas rotas, além da reabertura das estradas estreitas e trilhas já existentes. Se antes os caminhos limitavam-se à acompanhar os cursos dos córregos, dessa época em diante com a atividade de grandes tratores e máquinas patrol, começaram a serem transpostas as "serras", e ligados os diferentes vales. Isso tornou mais rápido o transporte e a comunicação entre os locais. Assim a "Serra dos Ferarri" por exemplo ligou o vale do Córrego Areão ao do rio Santa Joana, por exemplo. Com a melhora nas vias de circulação terrestre, o automóvel passou à ser mais utilizado, principalmente caminhões e caminhonetes, que monopolizaram o transporte de pessoas e da produção agrícola (nessa época, o produto agrícola mais importante era o café), em detrimento das carroças e lombos de animais (tropas). As carroças (poucas) ainda persistem, mas na categoria de utensílio ultrapassado, sendo que foi substituída por microtratores. Já os tropeiros tiveram suas atividades completamente interrompidas. O último tropeiro da região foi Mário Silvestre, falecido em 1999.

Outro fator que contribuiu para mudar a região foi a inserção da energia elétrica. Esta chegou lá através de duas empresas: as Centrais Elétricas do Espírito Santo (Escelsa) - na época pública, e a Empresa de Luz e Força Santa Maria, privada, no decorrer da década de 70.

Antes porém, da chegada das linhas de transmissão, as famílias tinham meios para substituir a energia das redes. As notícias eram recebidas através de rádios ligados à baterias. O fubá, necessário para fazer a tradicional polenta, que era como um ritual obrigatório nas famílias italianas, era obtido depois do milho ser moído em moinhos de pedra tocados à água. Esta do mesmo modo, gerava energia através de pequenas usinas de força instaladas em desníveis ao longo dos córregos. A Família Pinotti por exemplo, tinha uma usina de força na cachoeira do São João. Já os Zanotelli utilizavam a força da água para tocar uma serraria do tipo "pica-pau", à jusante do mesmo córrego. O sal e a banha faziam as vezes da geladeira e do congelador na conservação da carne, e assim as famílias das comunidades sobreviviam .

Com a energia elétrica, muitos agricultores da região compraram e instalaram máquinas para beneficiar os produtos: secadores e pilas de café, batadeira e descascadeira de arroz, batadeira de feijão e milho, máquina para fazer fubá. Com essas máquinas a produção aumentou, principalmente dos produtos já citados. O aumento da produção foi propiciado também pela irrigação, que na região se faz necessário pois o Barra Seca sofre com a distribuição irregular das chuvas, apresentando déficit hídrico entre os meses de maio e outubro. Antes da chegada da energia elétrica, só eram irrigadas as áreas onde a água vinha "de graça", ou seja, através de queda livre. Tais áreas eram escassas, então a maior parte da terra sofria com as secas.

Foram "aposentados" o caiçá (instrumento utilizado para separar o arroz do cacho), os arados tracionados por juntas de bois, os moinhos de pedra, os pilões, os terreiros para secagem de café...

E com esses perdeu-se um pouco da identidade e da memória do povo do Barra Seca, além do que a instrumentalização agrícola tornou as relações interpessoais mais superficiais.

Já não se vê mais a bucólica cena do menino puxando a junta de bois, o pai manipulando o arado e a mãe com o garuchão em punho, pronta para despertar o boi menos forçoso. O secador de café, pode ser controlado por apenas uma pessoa, em detrimento dos terreiros, onde no momento do café ser amontoado e ensacado várias pessoas participam: os homens com rodos, fazendo a parte mais grosseira, e as mulheres varrendo o excedente. Não há mais a conversa entre as comadres, cada uma com seus soquetes nas mãos, agredindo o urucum ou o amendoim com farinha dentro do pilão na hora de fazer o coloral ou a paçoca.

O Governo Federal se fez mais presente na região por meio de dois Projetos: o MOBRAL, e o PROVÁRZEAS NACIONAL.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem.

Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*". Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. No Barra Seca, as professoras do MOBRAL se hospedavam na casa de alguma família, e usavam a escola local para as aulas, geralmente à noite.

O PROVÁRZEAS NACIONAL, vinculado ao Ministério da Agricultura, visava, prioritariamente, ao incremento da produção de alimentos básicos e da renda do pequeno produtor rural, através da incorporação de áreas de várzeas. No caso do Barra Seca, o produto cultivado nestas foi o arroz. Até meados da década de 70, esse era plantado nas áreas mais baixas, chamadas de "vargens", sujeitas à inundação em épocas chuvosas, ou onde era possível transpor a água dos córregos, que ainda meandravam. Pela ação de dragas, retro escavadeiras, tratores e patros, os tais córregos meandantes foram retificados, as vargens niveladas. A produção aumentou, e junto com ela os problemas decorrentes dessa forma impactante de produzir, principalmente a falta de água. Com a retificação dos córregos houve um conseqüente aumento de vazão, a água passou à escoar mais rápido, e os brejos secaram. Posteriormente um novo fator veio à ser somado nesse quadro: a construção de grandes represas, que tem causado desentendimentos entre os agricultores. Em 2001, ano de acentuado déficit pluviométrico, e auge dos conflitos, foi publicado no jornal "A Gazeta", no mês de julho, uma reportagem com o seguinte título: "*SECA PODE CAUSAR CONFLITOS EM COLATINA*", sendo um dos seus trechos: "*A longa estiagem intensificada pelo sol quente dos últimos três meses e a armazenagem de água em grandes represas nas cabeceiras dos riachos são apontadas pelos agricultores do Barra Seca como as causas de morte de dezenas de nascentes e*

do desaparecimento da maioria dos córregos daquela região, que tem uma área aproximada de 50 quilômetros quadrados e fica a menos de 30 quilômetros desta cidade”.

A População do Barra Seca

As três comunidades do Barra Seca tiveram e tem uma população bastante móvel. De imediato deve-se ater para o fato de que essa população que se territorializou na região nos últimos cem anos, desterritorializou outra população, no caso, as comunidades indígenas, donos autênticos da área. Até a década de 80, ainda podiam ser encontrados vestígios desse povo, em um sítio arqueológico, que foi destruído por tratores, cedendo lugar para uma lavoura de café.

Devemos recordar que a população que habitou e habita o Barra Seca tem uma ligação íntima com as migrações. São descendentes de europeus – italianos e alemães - que vieram para o estado no fim do século XIX. Quanto à memória da origem desses descendentes de europeus, e também às relações que esses dois grupos diferentes produziram, perpassando-se, podemos citar o abandono à língua ancestral, em grande parte devido ao receio de perseguição na época da Segunda Guerra Mundial. “*Aqui no Queira-Deus os homens não fizeram nada contra ninguém*”, conta Frizolina Schumacher, 85 anos, que ainda lembra que nas proximidades, como no Distrito de Santa Júlia, em Santa Teresa, houve até prisões de algumas pessoas por conversarem em italiano.

Dona Frizolina ainda contribuiu dizendo que as relações entre os descendentes de italianos e alemães, no início da convivência não eram muito freqüentes. Não havia proximidade. Eles procuravam isolar-se para evitar conflitos. Os casamentos entre jovens dos dois grupos eram raros. Hoje ela afirma que isso foi deixado para trás, porém não gosta do costume dos não-alemães¹ pronunciarem deturpadamente os sobrenomes dos descendentes de germânicos. Assim os Siegfried viraram Sifliti; os Siefriebach, Chichibanha; os Mönthey, Mantaia; os Klabunde, Calabunda, etc.

É interessante notar que os descendentes de germânicos se consideram alemães. Nenhuma das pessoas com as quais conversamos se auto-denomina pomerano. Muitos desconhecem o termo.

Não nos pautamos em investigar a real origem dessas pessoas e estamos nos referindo à eles como eles se referem à si próprios. É comum lá escutar as seguintes falas: “Meu avô era alemão”, “Minha tia sabe falar alemão”.

Retomando a questão da mobilidade na região, podemos elencar como fatores responsáveis pelas migrações na década de 70 a crise do preço do café (que ainda rebatia na região, segundo Darly Wiedenheft) e a pouca disponibilidade de terras, dado o caráter do tamanho pequeno das propriedades ao passo de que as famílias eram grandes. Nesse momento, a maioria das pessoas que migraram se dirigiram para as cidades de Colatina e da Região Metropolitana da Grande Vitória.

No fim da década de 70 e a década de 80 tiveram como principais responsáveis pelas migrações, a propaganda ideológica a favor da ocupação da Amazônia. Muitas famílias da região então se orientaram para lá, principalmente Rondônia, em busca de lotes maiores de terras à preços baixos. Foi o caso dos Bins, Finck, Schultz, Gon, Dallapiccola, Scalzer, Zanotelli, Kest, Bayker, entre outros.

Na década de 90, Edite Scalzer aponta como causas da migração, o tipo de educação à qual as

¹Refere-se à pessoas de origem que não seja a germânica.

comunidades tem acesso. Segundo ela, até 1991, as crianças tinham acesso apenas à escolas primárias (1ª à 4ª séries), mantidas pelo governo estadual. Daí em diante, teve início o transporte escolar, dirigido para as cidades de Colatina, Itaguaçu e São Roque do Canaã, e também para os distritos de Boapaba e Itapina (Colatina), Itaimbé e Itaçu (Itaguaçu), e Agrovila (São Roque do Canaã). Isso possibilitava aos alunos alcançarem o 3º ano do ensino médio, porém, nos falou Edite, a essência dessa educação era urbana, não tinha qualquer vínculo com a realidade vivenciada pelos alunos em seu cotidiano. Ao terminar o ensino médio, muitos jovens foram para as cidades, principalmente Colatina.

Em 1997, foram municipalizadas as duas escolas de São João da Barra Seca. Em 2001, as escolas de Tancredinho e Queira-Deus, que ainda eram mantidas pelo Governo do Estado foram desativadas, o que causou insatisfação por parte dos pais que teriam de deixar as crianças de menor idade ir para escolas longe de casa, mais precisamente nos distritos de Itaçu, Boapaba, Itapina e Agrovila.

É digno de nota o peso das migrações sazonais na região. Todos os anos, no período da colheita do café, entre os meses de abril e julho, aproximadamente uns 120 trabalhadores, a maioria proveniente do Estado de Minas Gerais chegam ao Barra Seca. Esse número corresponde à entre 10 e 15% da população da região. Em média, duas famílias empregam uma pessoa, que geralmente não são vinculados formalmente à elas, ou seja, não possuem garantias trabalhistas de nenhuma espécie.

Produção Agrícola: tradição x diversificação

As comunidades do Barra Seca sempre assumiram o café como produto agrícola mais importante. Ele é tradicionalmente cultivado lá desde que as matas da região começaram a ser derrubadas, em fins da década de 20 do século passado, porém com maior intensidade após a década de 70, por motivos já explicitados anteriormente – a ampliação da malha viária, que facilitou o transporte, e a energia elétrica, que possibilitou a instalação de maquinário. Os outros produtos – milho, feijão, arroz – necessários à subsistência das famílias também eram cultivados, porém com um caráter secundário, se comparado ao café, assim como a cana-de-açúcar, mandioca, amendoim, entre outros.

Durante a maior parte da década de 90 entretanto, devido aos baixos preços do café no mercado internacional, e sucessivos anos com estiagens prolongadas, os agricultores tiveram um estopim para romper com essa situação.

Edgar Rossmann, o “Zin” disse que *“ou os produtores mudavam sua atitude tanto em relação às práticas agrícolas, como quanto à mobilização na luta por seus direitos frente aos órgãos públicos, ou iriam parar na periferia das cidades”*.

Passaram então à reivindicar melhores estradas, assistência técnica continuada e gratuita, distribuição de mudas de árvores nativas, abertura de poços para irrigação, entre outras medidas, junto às prefeituras e aos órgãos do Governo Estadual (Secretaria de Agricultura, Emater, Incaper). Houve então uma diversificação de produção. Em Queira-Deus, tem destaque a cultura do quiabo, plantado em várias propriedades nas várzeas às margens do córrego do mesmo nome. Tancredinho tem produtores que se especializaram na produção de verduras como o tomate, o pepino, exportados

para o sul do Brasil , no inverno, quando a produção lá é baixa, pois é mais suscetível às geadas. Também destacam-se na fruticultura, principalmente com produções de goiaba, graviola e pinha, que são vendidas “*in natura*”, ou beneficiadas e transformadas em polpa nas propriedades.

Em São João da Barra Seca, estão sendo desenvolvidos as culturas do maracujá e do mamão formosa (há aproximadamente 5 anos), e limão tahiti (há mais de dez anos).

Essas produções – pequenas (em quantidade e valor) – se consideradas enquanto inseridas na totalidade do agronegócio nacional, são negociadas na feira livre de Colatina, no Ceasa da Grande Vitória , ou direcionadas para o sul do Brasil (dependendo do rigor do inverno).

Mesmo pequenas, como já dito, frente ao volume do agronegócio nacional, tais produções são de extrema importância na composição da renda das famílias locais, e contribuem para formação de uma nova configuração geográfico - econômica do Barra Seca, em que o café, ano após ano vem perdendo seu protagonismo no cenário da região.

Esse novo arranjo ajuda à transformar então o modo de vida dessa gente do Barra Seca.

As novas produções alteraram o calendário agrícola, dotaram a região de uma dinâmica só equiparada aos bons tempos do café.

Nessa nova configuração geográfico - econômica podemos citar as novas formas de uso do solo e sua intensificação ou não, as novas práticas agrícolas, o fluxo de mão -de- obra provenientes de outras regiões, que agora estão independentes da sazonalidade do café, a distribuição de renda, etc.

Considerações Finais

“*No rural brasileiro é possível identificar novidades e permanências*”. Esta citação é de Paulo Roberto Alentejano, escrita num artigo publicado na Revista Terra Livre, da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ela ilustra bem o objetivo de nosso estudo.

No Barra Seca , as novidades nem sempre são o moderno. O telefone teve seu uso generalizado na região nos últimos 5 anos, por exemplo, apesar de ter sido inventado há mais de um século. Entretanto, sem dúvida foi mais uma das ferramentas que a época em que nós vivemos, chamada de pós-modernidade faculta aos seus viventes, facilitando a comunicação.

As permanências nem sempre são o que não mudou. As comunidades tem um poder grande para se adaptar às exigências, e aos novos modelos de organização social e econômica, sem abandonar totalmente seu passado, ou seja, algumas coisas mudam para permanecer .

Finalizando, podemos então perceber no Barra Seca essa relação entre o moderno e o antigo que parece paradoxal: à medida que são inseridas novos padrões de comportamento, inovações tecnológicas e de produção, entre outras, estas agem reforçando a identidade local, os costumes tradicionais, ou seja, o velho que assim tem a garantia de sua continuidade.

Referências:

ALMADA, Vilma P.F.. Estudos sobre Estrutura Agrária e Cafeicultura no Estado do Espírito Santo. SPDC/Ufes: Vitória, 1993.

BIASSUTTI, Luiz C. , LOSS, Arlindo. São Roque do Canaã: uma história de fé, trabalho e vitórias. Ed.

O Lutador: Belo Horizonte, 1999.

CAMPOS JR., Carlos Teixeira. A Formação da Centralidade de Colatina. IHGES : Vitória, 2004.

MORAES, Cícero. A Geografia do Espírito Santo. IHGES : Vitória, 2004.

MOSCHEN, Maria O.. A Trajetória de um Sangue. Vitória, 2001.

PETRONE, Pasquale. Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga do Estado do Espírito Santo. IHGES : Vitória, 2004.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, São Paulo, p. 87 – 112, 2000.

CLAVAL, Paul . A Geografia Cultural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.